



# Retrato Social do Centro de Portugal

Junho de 2012

## ÍNDICE

1. Introdução .....	3
2. Contextualização socioeconómica do Centro de Portugal .....	5
3. Mercado de trabalho .....	10
4. Educação e qualificação .....	15
5. Proteção social.....	24
6. Saúde .....	28
7. Habitação.....	32
8. Considerações finais .....	38
9. Anexo .....	40

## 1. Introdução

Nas últimas décadas a promoção da coesão e o combate à pobreza e à exclusão social têm vindo a ocupar um lugar de relevo nas preocupações e prioridades das sociedades europeias modernas, constituindo um dos objetivos da União Europeia como projeto político, económico e social. Em paralelo com o interesse público pelo bem-estar dos indivíduos e das famílias, tem sido dado especial enfoque aos direitos de cidadania e de garantia de mínimos vitais aos cidadãos em situação de carência económica. A redução sustentada das desigualdades sociais, a promoção da igualdade de oportunidades (nomeadamente de acesso à educação, à saúde, ao emprego, à justiça e à proteção social), a melhoria do acesso dos cidadãos às liberdades e garantias, que possibilitam o exercício amplo da cidadania, e aos recursos (públicos e privados), imprescindíveis para o seu bem-estar e para a sua plena inclusão na sociedade, constituem alguns dos principais desafios do século XXI. No entanto, apesar dos esforços empreendidos, continuamos a deparar-nos com graves desigualdades sociais e com a persistência e surgimento de novas formas de pobreza e de exclusão social. A esta realidade não é alheia a crise económica e financeira com que o mundo contemporâneo está confrontado. Com grave impacto social, geradora de pobreza, de desemprego, com reflexos no ritmo de crescimento económico e nas transferências sociais, a crise coloca a problemática da coesão social e do combate à pobreza e à exclusão num novo patamar, com uma importância acrescida, para que não se comprometa a construção de uma sociedade mais inclusiva, coesa, solidária e justa, e não se perca o rumo de médio e longo-prazo de construção de uma sociedade melhor:

*“a busca de um país liberto, de uma vida limpa, e dum tempo justo”, Sophia de Mello Breyner Andresen*

O presente trabalho tem por objetivo analisar a realidade social do Centro de Portugal através de alguns indicadores representativos das condições de vida e de bem-estar na região. Privilegiou-se um conjunto de domínios referentes aos principais sistemas sociais e que, fundamentalmente, contemplam os direitos humanos básicos: educação

e formação, emprego, proteção social, habitação, saúde, segurança e igualdade de oportunidades para o género. Após uma breve caracterização e enquadramento da região em termos socioeconómicos, analisaremos os vários domínios referenciados. Sendo o Centro de Portugal um território vasto e bastante diversificado do ponto de vista morfológico, dos recursos naturais, da distribuição populacional e da estrutura económica, colocam-se-lhe desafios muito particulares do ponto de vista da coesão territorial e social, pelo que a análise incidirá sobre os 100 municípios que a constituem<sup>1</sup> com o intuito de avaliar a sua heterogeneidade ou homogeneidade quanto aos domínios focados. Como se pretende retratar a realidade infrarregional, a escolha dos indicadores foi, de certa forma, algo condicionada à disponibilidade de informação estatística para este nível de análise.

---

<sup>1</sup> A configuração territorial da região Centro encontra-se definida no Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro.



## 2. Contextualização socioeconómica do Centro de Portugal

O Centro de Portugal integra 100 municípios<sup>2</sup> e ocupa 31% da área do território nacional. Com 2,3 milhões de habitantes (quadro 1), concentra 22% da população portuguesa, tendo vindo, na última década, a perder importância em termos populacionais. Trata-se de uma região com uma baixa concentração populacional (84 habitantes por km<sup>2</sup>), com uma população bastante envelhecida (cerca de 153 idosos por cada 100 jovens, correspondendo os idosos a 21% do efetivo populacional da região) e com crescimento natural populacional negativo decorrente de taxas de mortalidade superiores às de natalidade. A região detém, em média, 84% do poder de compra nacional, um PIB por habitante de 83% da média do país e possui um rendimento bruto por habitante bastante abaixo da média nacional. O Centro é uma região relativamente segura, apresentando uma taxa de criminalidade bastante inferior à nacional.

---

<sup>2</sup> O mapa dos 100 municípios da região Centro encontra-se em anexo.

Quadro 1 – Indicadores socioeconómicos<sup>3</sup>

	Centro	Portugal
Superfície do território 2010 (km <sup>2</sup> )	28.199,4	92.212,0
População residente censitária 2011 (n.º)	2.327.580	10.561.614
Taxa de variação da população residente censitária 2001-2011 (%)	-0,9	2,0
Densidade populacional 2010 (n.º/km <sup>2</sup> )	84,3	115,4
Proporção de população jovem 2010 (%)	13,7	15,1
Índice de envelhecimento 2010 (n.º)	152,9	120,1
Proporção de população idosa que vive só ou na companhia de outros idosos 2011 (%) <sup>(a)</sup>	62,9	59,6
Taxa bruta de natalidade 2010 (‰)	8,0	9,5
Taxa bruta de mortalidade 2010 (‰)	11,4	10,0
Índice de disparidade do PIB por habitante face à média nacional 2010 (PT=100)	83,4	100,0
Poder de compra per capita 2009 (PT=100)	84,4	100,0
Rendimento bruto em sede de IRS por habitante 2009 (euros)	7.041,2	7.999,5
Taxa de criminalidade 2010 (‰)	32,7	39,9

Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

<sup>(a)</sup> Cálculos próprios a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)

Com vista a avaliar a coesão interna da região, apresentam-se alguns indicadores a nível municipal. Verifica-se que a baixa densidade populacional do Centro resulta da assimetria entre um litoral mais densamente povoado e um interior montanhoso e fracamente povoado, com exceção dos centros urbanos aí localizados (figura 1). A região integra municípios com mais de 350 habitantes por km<sup>2</sup> (Entroncamento, Ílhavo, Coimbra, Ovar, Peniche, Aveiro), a par de outros com cerca de 10 habitantes por km<sup>2</sup> (Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão e Pampilhosa da Serra).

<sup>3</sup> Fórmulas de cálculo:

**Taxa de variação da população residente censitária:** (População residente censitária no ano n – População residente censitária no ano (n-1)) / População residente censitária no ano (n-1) x 100

**Densidade populacional:** População residente / Superfície (em km<sup>2</sup>)

**Proporção de população jovem:** População residente dos 0 aos 14 anos / População residente total x 100

**Índice de envelhecimento:** População residente com 65 ou mais anos / População residente dos 0 aos 14 anos x 100

**Proporção de população idosa que vive só ou na companhia de outros idosos:** População com 65 ou mais anos a residir em alojamentos familiares sem outras pessoas / População residente com 65 ou mais anos x 100

**Taxa bruta de natalidade:** Nados vivos / População média residente x 1.000

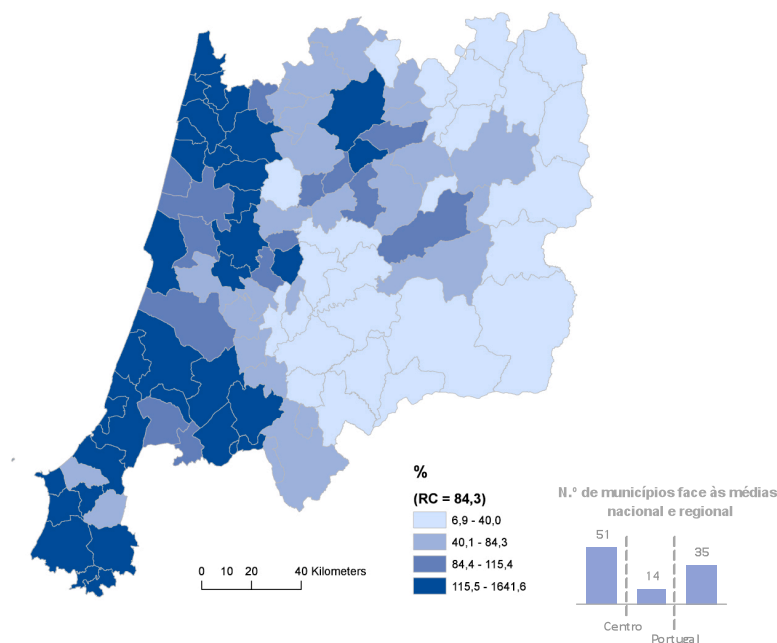
**Taxa bruta de mortalidade:** Óbitos / População média residente x 1.000

**Índice de disparidade do PIB por habitante face à média nacional:** PIB por habitante do território / PIB por habitante de Portugal x 100

**Rendimento bruto em sede de IRS por habitante:** Rendimento bruto em sede de IRS / População média residente

**Taxa de criminalidade:** Crimes registados pelas autoridades policiais / População residente x 1.000

Figura 1 – Densidade populacional 2010



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

Também o índice de envelhecimento (figura 2), que relaciona a população idosa (com 65 e mais anos) e a jovem (população com menos de 15 anos), revela um território bastante assimétrico do ponto de vista demográfico, com o litoral a apresentar uma população relativamente mais jovem e o interior uma população mais envelhecida (com exceção para Viseu e Guarda). A realidade municipal é muito contrastante, existindo municípios, no interior, com mais de 500 idosos por cada 100 jovens (Penamacor, Oleiros e Vila Velha de Ródão) e municípios, no litoral, onde existe praticamente o mesmo número de jovens e de idosos (Ovar, Ílhavo e Aveiro). Os municípios mais envelhecidos são também aqueles onde o peso dos idosos que vivem sós ou na companhia de outros idosos é maior (figura 3). Nos municípios do Fundão, Mação, Meda, Pampilhosa da Serra, Idanha-a-Nova e Penamacor mais de 70% dos idosos vivem nestas condições, atingindo os 78,4% no caso de Penamacor. A região caracteriza-se por uma maior representatividade de idosos a residirem em condições de isolamento social (62,9%) face ao País, apresentando-se apenas 17 municípios abaixo da média nacional (de cerca de 60%).

Figura 2 – Índice de envelhecimento 2010

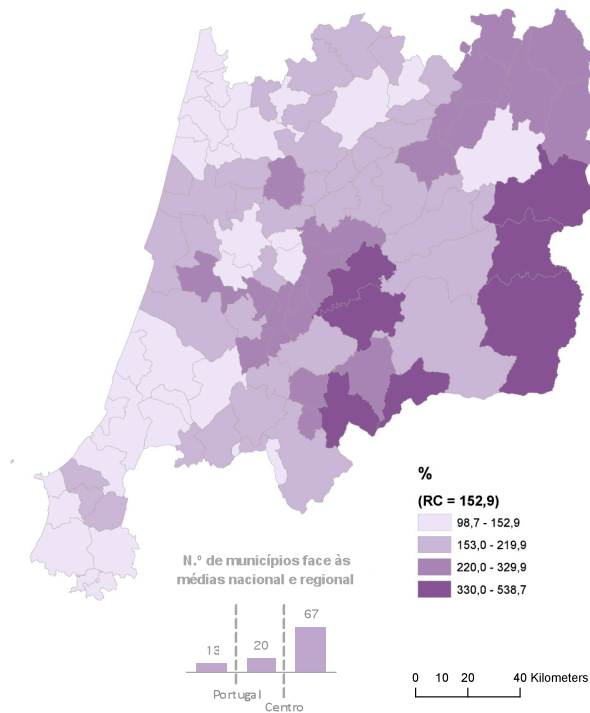
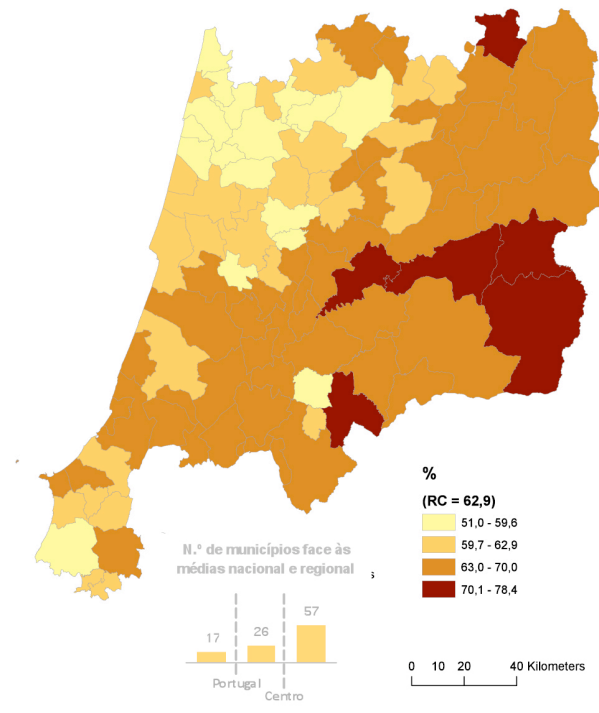


Figura 3 – Proporção de população idosa que vive só ou na companhia de outros idosos 2011



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

Cálculos próprios a partir de dados do INE

Os indicadores que traduzem o poder de compra (figura 4) e a capacidade de gerar rendimento (figura 5) evidenciam discrepâncias na região baseadas sobretudo no dinamismo e na dimensão dos centros urbanos e não na habitual separação entre o litoral e o interior, apontando para uma relação positiva entre o grau de urbanização e de dinamismo dos municípios e o seu poder de compra e capacidade de gerar rendimentos. Verifica-se, no entanto, que persistem grandes assimetrias no Centro de Portugal. Se por um lado temos municípios como Coimbra e Aveiro com valores bastante acima da média nacional, no extremo oposto surgem municípios como Vila Nova de Paiva, Penalva do Castelo ou Aguiar da Beira onde o poder de compra *per capita* é cerca de metade do valor nacional e o rendimento gerado por habitante menos de metade. É também visível que o “miolo” da região constitui uma parcela frágil do território.

Figura 4 – Poder de compra *per capita* 2009

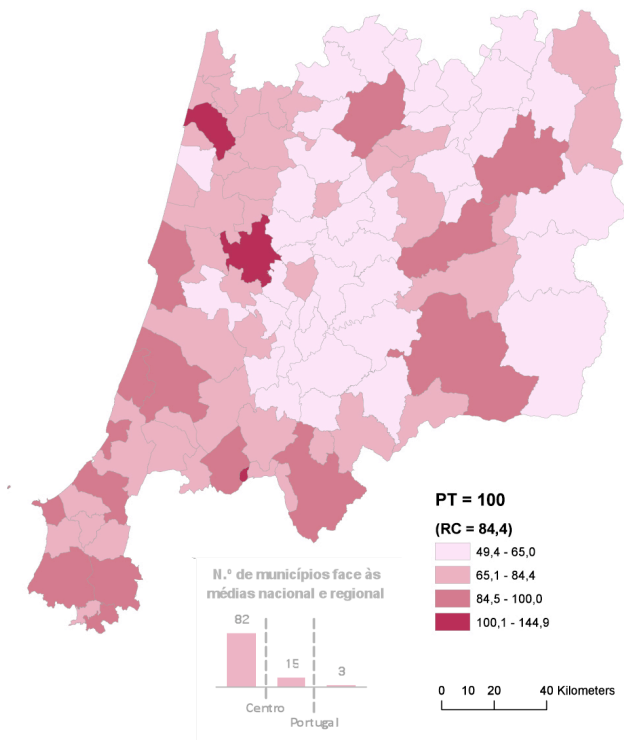
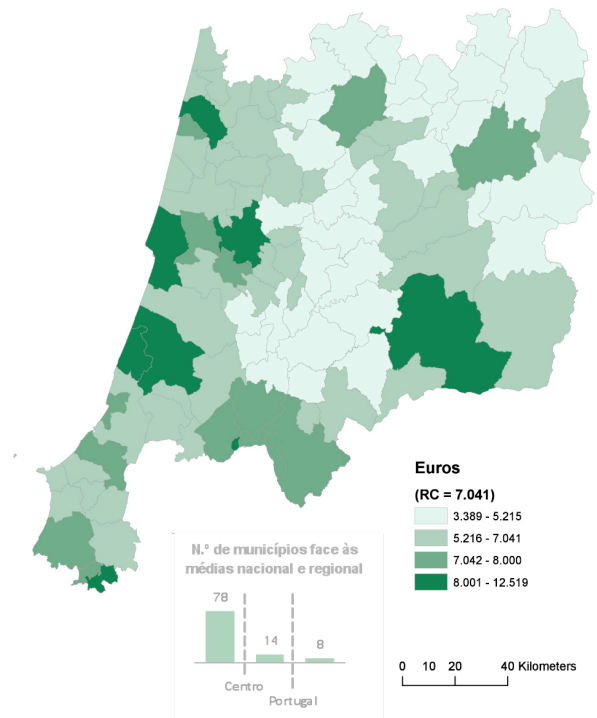


Figura 5 – Rendimento bruto em sede de IRS por habitante 2009



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

### **3. Mercado de trabalho**

O Centro de Portugal apresenta uma realidade em termos de emprego e desemprego bastante mais atrativa que a nacional (quadro 2), pois regista maiores taxas de atividade (total e feminina), menor taxa de desemprego e, conseqüentemente, menos beneficiários de subsídio de desemprego por 1.000 habitantes em idade ativa. Face ao País, detém uma menor percentagem de população em idade ativa que vive de rendimentos do trabalho (43% contra 46%, o que não é de estranhar pois, tendo uma população mais envelhecida, detém um maior peso de população que vive de reformas/pensões), regista um menor ganho médio mensal auferido pelos trabalhadores por conta de outrem e uma maior disparidade entre sexos nos rendimentos do trabalho por conta de outrem, indiciando uma maior desigualdade entre géneros na região, que se acentua no nível de escolaridade mais elevado (ensino superior).

Quadro 2 – Indicadores do mercado de trabalho<sup>4</sup>

	Centro	Portugal
Taxa de atividade 2010 (%)	65,6	61,9
Taxa de atividade feminina 2010 (%) <sup>(a)</sup>	61,2	56,3
Taxa de desemprego registado 2010 (%)	6,6	7,8
Beneficiários de subsídio de desemprego por 1.000 habitantes em idade ativa 2010 (n.º)	54,3	64,5
Proporção da população em idade ativa com salários/vencimentos como fonte de rendimento 2010 (%) <sup>(a)</sup>	43,2	45,6
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem 2009 (euros)	890,1	1.034,2
Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por sexos 2009 (%) <sup>(a)</sup>	11,9	11,5
Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem com habilitações correspondentes ao ensino superior por sexos 2009 (%) <sup>(a)</sup>	16,8	19,3

Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

<sup>(a)</sup> Dados extraídos de <http://www.ine.pt>

Apesar da região se apresentar menos penalizada em termos de desemprego que o país (com uma taxa de desemprego registado, em 2010, de 6,6% contra os 7,8% nacionais), verificam-se importantes desequilíbrios no seu seio, sem no entanto ser evidente um padrão regional (figura 6). De destacar Covilhã, Ovar, Castanheira de Pera e Seia, com as taxas de desemprego registado mais elevadas (acima dos 9%), e diversos municípios das sub-regiões da Cova da Beira, Serra da Estrela, Dão-Lafões e Beira Interior com valores acima da média nacional, indiciando, nestas regiões do interior, problemas estruturais seguramente associados ao declínio do setor primário e do setor industrial tradicional, não compensado pelo crescimento de outras atividades

<sup>4</sup> **Fórmulas de cálculo:**

**Taxa de atividade:** População ativa / População residente com 15 e mais anos x 100

**Taxa de atividade feminina:** População ativa feminina / População residente feminina com 15 e mais anos x 100

**Taxa de desemprego registado:** Desempregados registados no Instituto do Emprego e Formação Profissional / População média residente entre os 15 e os 64 anos x 100

**Beneficiários de subsídio de desemprego por 1.000 habitantes em idade ativa:** Beneficiários de subsídio de desemprego / População em idade ativa (com 15 e mais anos) x 1.000

**Proporção da população em idade ativa com salários/vencimentos como fonte de rendimento:** População média residente com 15 e mais anos com salários/vencimentos como fonte de rendimento / População média residente com 15 e mais anos x 100

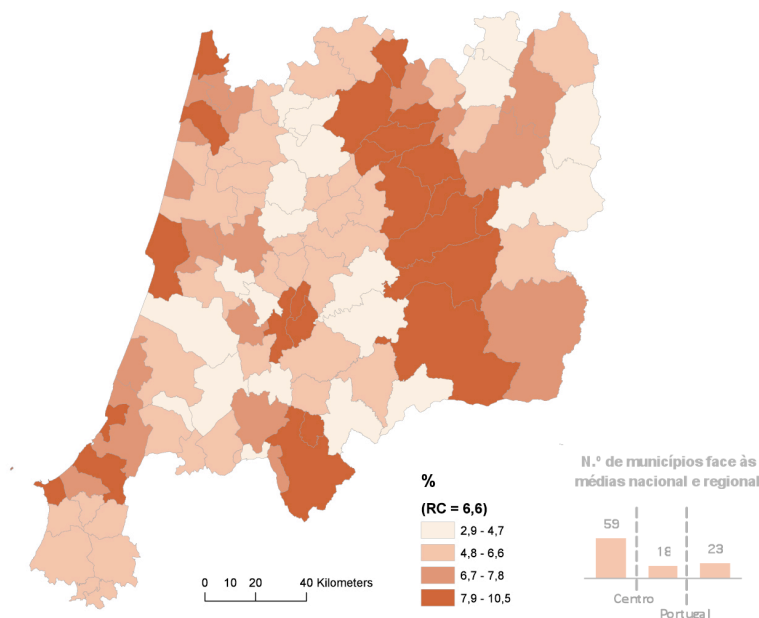
**Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por sexos:** Coeficiente de variação do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem ponderado pelo peso do emprego em cada sexo no total do emprego de trabalhadores por conta de outrem da respetiva unidade territorial.

**Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem com habilitações correspondentes ao ensino superior por sexos:** Coeficiente de variação do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem com habilitações correspondentes ao ensino superior ponderado pelo peso do emprego em cada sexo no total do emprego de trabalhadores por conta de outrem com habilitações correspondentes ao ensino superior da respetiva unidade territorial.



económicas, e à menor empregabilidade da mão-de-obra entretanto libertada. No entanto, 77% dos municípios do Centro de Portugal registavam níveis de desemprego abaixo da média nacional e 59% abaixo da média regional.

Figura 6 – Taxa de desemprego registado 2010



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

Quanto à remuneração do emprego por conta de outrem, a região encontra-se em clara desvantagem relativamente à média do país (tendência já evidenciada pelos indicadores anteriormente analisados relacionados com rendimento e poder de compra), auferindo um trabalhador da região, em 2009, cerca de 890 euros/mensais, menos 14% que o valor médio nacional. A desagregação por sexo mostra que os homens ganham mais que as mulheres: na região, o ganho médio mensal dos homens é de 983 euros e o das mulheres de 769 euros. Esta discrepância entre sexos é ligeiramente mais acentuada no Centro que no país, verificando-se, no entanto, realidades bastante distintas a nível municipal (figuras 7 e 8). Vila Velha de Ródão, Constância, Figueira da Foz e Belmonte apresentam acentuadas disparidades entre sexos (acima dos 20%). Disparidades muito menos expressivas (abaixo dos 5%) surgem nos municípios do centro da região: Pedrógão Grande, Manteigas, Pinhel, Sardoal, Figueiró dos Vinhos, Vila Nova de Paiva e Proença-a-Nova. As desigualdades entre

sexos agravam-se quando se consideram apenas os trabalhadores com habilitações de nível superior (figura 8), sendo que o grupo com o ganho médio mensal mais elevado, é também o que apresenta desigualdades entre sexos mais acentuadas. Apenas 26 municípios não registavam esta tendência de agravamento das desigualdades no caso dos trabalhadores com escolaridade superior. Note-se, no entanto, que a divergência entre sexos é agora muito mais acentuada no país que na região (19,3% contra 16,8% no caso da região). Municípios como Vila Velha de Ródão, Figueira da Foz e Vila Nova de Poiares apresentam as maiores diferenças de ganhos entre sexos (com disparidades acima dos 30%, atingindo Vila Velha de Ródão os 37%). Oleiros, Miranda do Corvo, Penamacor, Góis e Vila de Rei praticamente não registam disparidades por sexo no ganho dos trabalhadores com habilitações superiores (valores inferiores a 1%), sendo curioso que, no caso de Vila de Rei, a disparidade entre sexos referente ao total do emprego por conta de outrem fosse significativa (de 12%) e a este nível praticamente inexistente.

Figura 7 – Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por sexos 2009

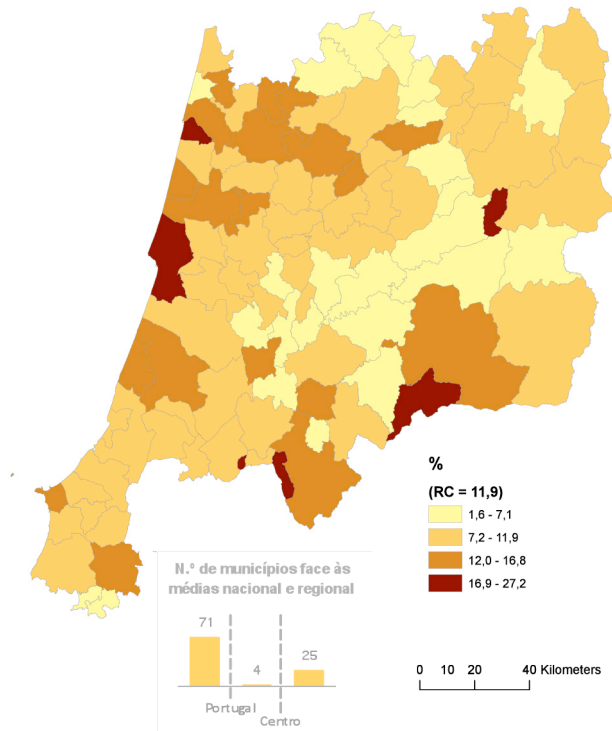
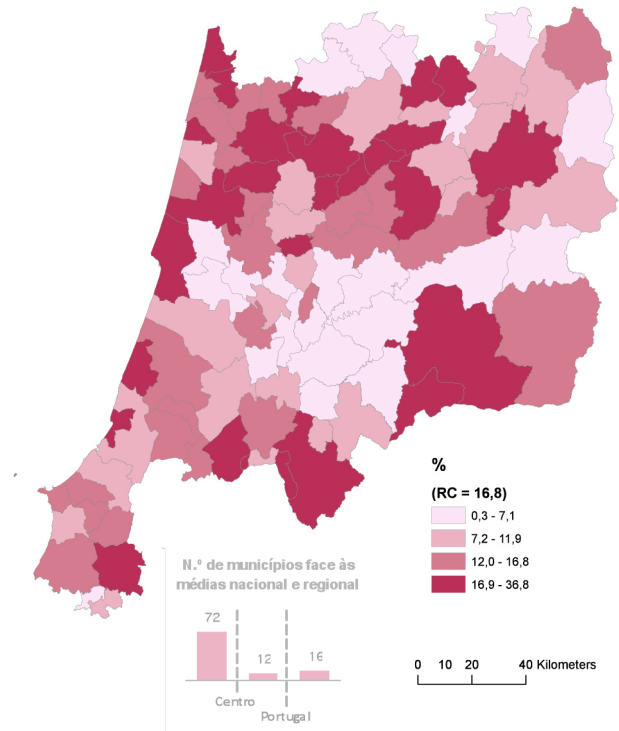


Figura 8 – Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem com habilitações correspondentes ao ensino superior por sexos 2009



Dados extraídos de <http://www.ine.pt>

#### 4. Educação e qualificação

O Centro de Portugal apresenta resultados pouco satisfatórios nos principais indicadores de qualificação e educação (quadro 3), designadamente:

- uma taxa de analfabetismo elevada que, em 2001, atingia 11% da população e superava a média nacional de 9%;
- baixos níveis de qualificação: em 2001, apenas 33% da população do Centro possuía a escolaridade obrigatória ou uma qualificação acima (cifrando-se o valor nacional em 38%) e apenas 7% tinha uma habilitação superior; e
- elevado abandono no final do ensino obrigatório.

Sendo, no entanto, a maioria destes indicadores reportados ao ano de 2001 e tendo em conta a grande aposta na qualificação dos recursos humanos na última década, é expectável que dados mais recentes venham a mostrar uma clara melhoria ao nível das qualificações da população.

Quadro 3 – Indicadores de qualificação e sucesso escolar<sup>5</sup>

	Centro	Portugal
Taxa de analfabetismo 2001 (%)	10,9	9,0
Proporção da população residente com 14 e mais anos com pelo menos a escolaridade obrigatória 2001 (%)	32,9	38,0
Proporção da população residente com 21 e mais anos com o ensino superior completo 2001 (%)	6,9	8,6
Taxa de retenção e desistência no 3.º ciclo do ensino básico 2009/2010 (%)	12,2	13,8
Taxa de abandono precoce de educação e formação 2010 (%) <sup>(a)</sup>	28,2	28,7
Taxa de transição/conclusão do ensino secundário 2009/2010 (%)	82,1	80,7

Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrcc.pt>  
<sup>(a)</sup> Indicador extraído de <http://www.ine.pt>

<sup>5</sup> **Fórmulas de cálculo:**

**Taxa de analfabetismo:** População residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever / População residente com 10 e mais anos x 100

**Proporção da população residente com 14 e mais anos com pelo menos a escolaridade obrigatória:** População residente com pelo menos a escolaridade obrigatória / População residente com 14 e mais anos x 100

**Proporção da população residente com 21 e mais anos com o ensino superior completo:** População residente com 21 e mais anos com ensino superior concluído/ População residente com 21 e mais anos x 100

**Taxa de retenção e desistência no 3.º ciclo do ensino básico:** Alunos do 3º ciclo do ensino básico que não transitam para o ano de escolaridade seguinte / Alunos matriculados no 3º ciclo do ensino básico nesse ano letivo x 100

**Taxa de abandono precoce de educação e formação:** População residente entre 18 e 24 anos com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) no período de referência / População residente com idade entre 18 e 24 anos x 100

**Taxa de transição/conclusão do ensino secundário:** Alunos do ensino secundário regular que no final do ano letivo obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) / Alunos matriculados no ensino secundário regular nesse ano letivo x 100

No entanto, continuam a ser evidentes as elevadas taxas de abandono antecipado do ensino, com 28% dos jovens entre os 18 e os 24 anos do Centro, em 2010, a não frequentarem qualquer tipo de ensino e a não possuírem o ensino secundário completo (contra os 29% a nível nacional). Também o insucesso escolar é uma realidade preocupante, traduzido pelo número de alunos que não conseguiram transitar de ano e que, no ano letivo 2009/2010, na região, se cifravam nos 12% no 3º ciclo do ensino básico (atual escolaridade obrigatória) e nos 18% no ensino secundário. Ou seja, o défice educacional da região não se limita às fragilidades subjacentes à estrutura de qualificações da sua população, traduzindo-se também por debilidades associadas às dinâmicas atuais de frequência e progressão escolar.

A representação cartográfica por município da taxa de analfabetismo (figura 9) e da proporção da população com habilitações superiores (figura 10) deixa transparecer uma imagem quase em espelho, com os municípios com as maiores taxas de analfabetismo a apresentarem, tendencialmente, as menores proporções de população com ensino superior e vice-versa.

Figura 9 – Taxa de analfabetismo 2001

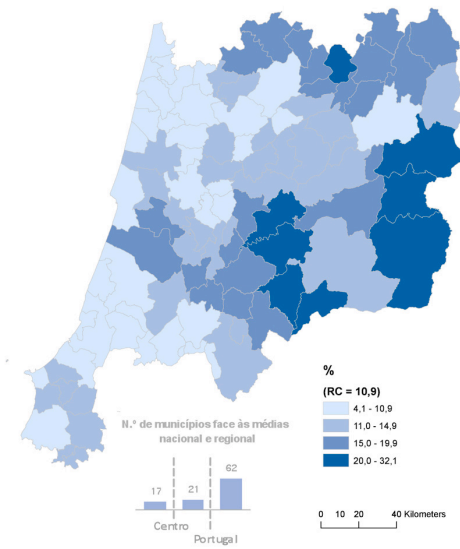
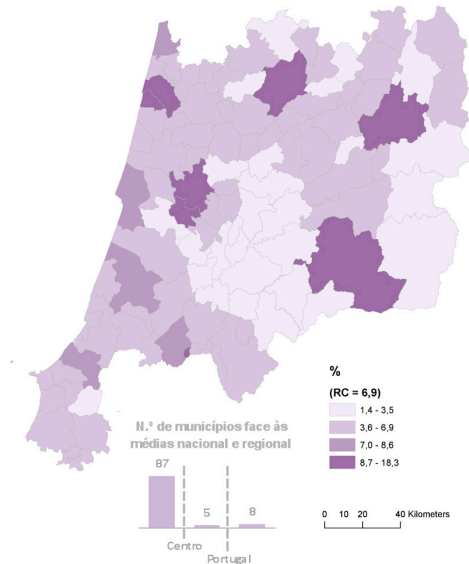


Figura 10 – Proporção da população residente com 21 e mais anos com o ensino superior completo 2001



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

Na taxa de analfabetismo destacavam-se, pelo desempenho positivo, os municípios de Entroncamento, Aveiro, Ílhavo, Ovar, Coimbra e Águeda (com taxas abaixo dos 7%) e, no extremo oposto, Idanha-a-Nova e Penamacor (com taxas de cerca de 30%).

Quanto ao peso da população com ensino superior completo, sobressaem, com valores acima da média nacional, os municípios onde as instituições de ensino superior assumem grande relevância, como Coimbra (18%), Aveiro (12%), Viseu (11%), Guarda (10%) e Castelo Branco (9%), e ainda o Entroncamento (12%), Ílhavo e Condeixa-a-Nova (ambos com 9%, beneficiando da sua localização nas áreas de influência de Aveiro e Coimbra, respetivamente). Da salientar que 92 municípios apresentavam valores abaixo da média nacional e 87 abaixo da média regional. Os municípios com os piores desempenhos localizavam-se sobretudo na área central da região, apresentando-se Pampilhosa da Serra, Vila de Rei e Góis com menos de 2% da população com habilitação superior.

A análise da taxa de retenção e desistência no 3.º ciclo do ensino básico (figura 11) e da taxa de transição/conclusão do ensino secundário (figura 12) sugere a ausência de um padrão territorial mas revela disparidades internas.

Figura 11 – Taxa de retenção e desistência no 3.º ciclo do ensino básico 2009/2010

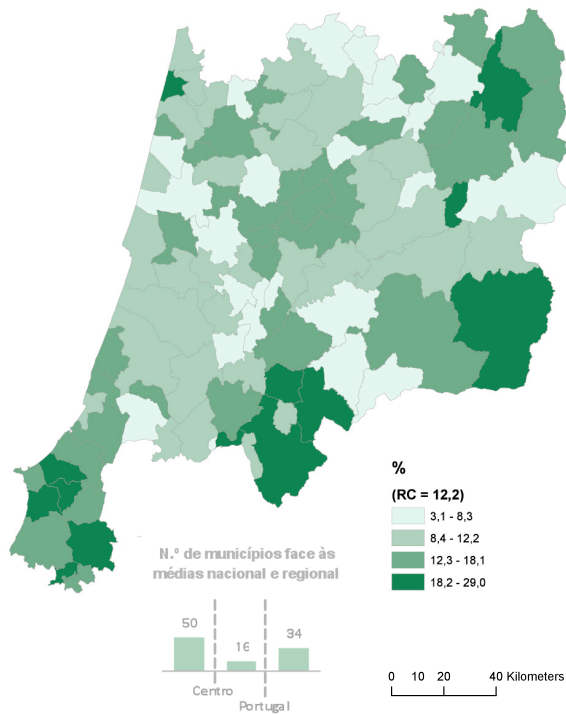
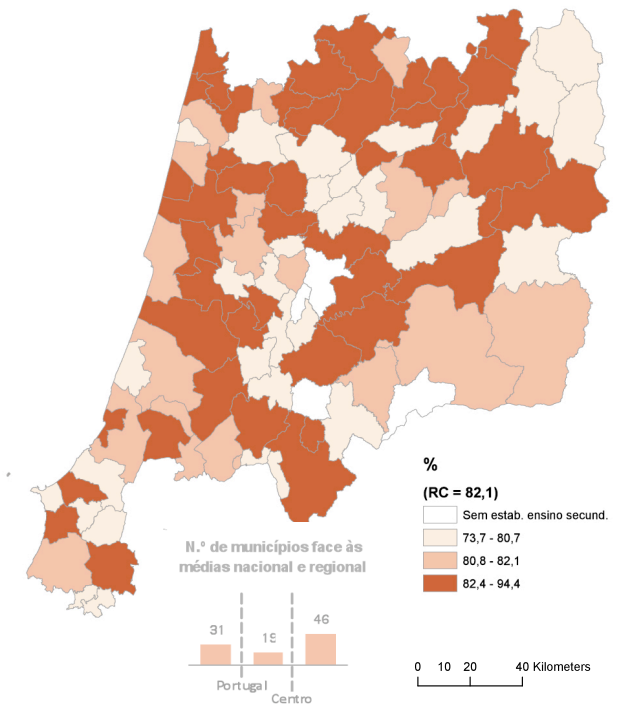


Figura 12 – Taxa de transição conclusão do ensino secundário 2009/2010



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

Se por um lado municípios como Óbidos, Pinhel, Murtosa e Vila de Rei têm entre 25% a 29% de retenções no 3.º ciclo do ensino básico (por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações), Sátão, Fornos de Algodres, Sever do Vouga e Castanheira de Pera têm desempenhos muito favoráveis, com menos de 5% dos estudantes a ficarem retidos no 3.º ciclo do ensino básico. No ensino secundário subsistem também realidades muito diferentes, como as de Pampilhosa da Serra, Aguiar da Beira ou São Pedro do Sul, com taxas de aproveitamento escolar acima dos 90%, e Mação, Almeida ou Figueira de Castelo Rodrigo, com taxas que rondam os 74%.



Analisemos agora a dotação do Centro de Portugal em equipamentos educativos (públicos e privados) para os diversos níveis de ensino (quadro 4).

Quadro 4 – Indicadores de cobertura dos equipamentos educativos<sup>6</sup>

	Centro	Portugal
<b>Creches</b>		
Creches por 1.000 habitantes dos 3 aos 5 anos 2010 (n.º) <sup>(d)</sup>	8,2	6,3 *
Taxa de cobertura das creches 2010 (%) <sup>(a)</sup>	33,2	24,9 *
<b>Ensino Pré-Escolar</b>		
Estabelecimentos de ensino pré-escolar por 1.000 habitantes dos 3 aos 5 anos 2009/2010 (n.º) <sup>(c)</sup>	29,1	21,6
Crianças por estabelecimento de ensino pré-escolar 2009/2010 (n.º) <sup>(c)</sup>	31,6	39,3
Taxa bruta de pré-escolarização 2009/2010 (%) <sup>(a)</sup>	91,4	85,0
<b>Ensino Básico</b>		
Estabelecimentos de ensino básico por 1.000 habitantes dos 6 aos 14 anos 2009/2010 (n.º) <sup>(c)</sup>	11,1	8,5
Alunos por estabelecimento de ensino básico 2009/2010 (n.º) <sup>(c)</sup>	113,8	149,5
Taxa bruta de escolarização do ensino básico 2009/2010 (%) <sup>(b)</sup>	126,3	127,1
<b>Ensino Secundário</b>		
Estabelecimentos de ensino secundário por 1.000 habitantes dos 15 aos 17 anos 2009/2010 (n.º) <sup>(c)</sup>	3,3	2,8
Alunos por estabelecimento de ensino secundário 2009/2010 (n.º) <sup>(c)</sup>	463,0	516,5
Taxa bruta de escolarização do ensino secundário 2009/2010 (%) <sup>(a)</sup>	150,9	146,2

\* Dados relativos a Portugal Continental

<sup>(a)</sup> Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

<sup>(b)</sup> Dados extraídos de <http://www.ine.pt>

<sup>(c)</sup> Cálculos próprios a partir de dados do INE

<sup>(d)</sup> Cálculos próprios a partir de dados do INE e da Carta Social do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (MSSS)

<sup>6</sup> **Fórmulas de cálculo:**

**Creches por 1.000 habitantes dos 3 aos 5 anos:** Número de creches / População residente dos 0 aos 3 anos x 1.000

**Taxa de cobertura das creches:** Capacidade das creches (em utentes) / População residente dos 0 aos 3 anos x 100

**Estabelecimentos de ensino pré-escolar por 1.000 habitantes dos 3 aos 5 anos:** Número de estabelecimentos de ensino pré-escolar / População residente dos 3 aos 5 anos x 1.000

**Crianças por estabelecimento de ensino pré-escolar:** Crianças inscritas no ensino pré-escolar / Número de estabelecimentos de ensino pré-escolar

**Taxa bruta de pré-escolarização:** Crianças inscritas na educação pré-escolar / População residente com idade entre 3 a 5 anos x 100

**Estabelecimentos de ensino básico por 1.000 habitantes dos 6 aos 14 anos:** Número de estabelecimentos de ensino básico / População residente dos 6 aos 14 anos x 1.000 (nota: o mesmo estabelecimento é contado tantas vezes quantos os graus de ensino que ministra).

**Alunos por estabelecimento de ensino básico:** Alunos matriculados no ensino básico / Número de estabelecimentos de ensino básico

**Taxa bruta de escolarização do ensino básico:** Alunos matriculados no ensino básico / População residente com idade entre 6 a 14 anos x 100

**Estabelecimentos de ensino secundário por 1.000 habitantes dos 15 aos 17 anos:** Número de estabelecimentos de ensino secundário / População residente dos 15 aos 17 anos x 1.000

**Alunos por estabelecimento de ensino secundário:** Alunos matriculados no ensino secundário / Número de estabelecimentos de ensino secundário

**Taxa bruta de escolarização do ensino secundário:** Alunos matriculados no ensino secundário (independentemente da sua idade) / População residente com idade entre 15 e 17 anos x 100

Em termos de creches, resposta social de âmbito socioeducativo que se destina a crianças até aos três anos de idade, a dotação regional apresenta-se claramente superior à média do continente, com 8,2 estabelecimentos por 1.000 habitantes dos 3 aos 5 anos e uma taxa de cobertura de 33% (contra 6,3 e 25%, respetivamente, no Continente). Estes valores refletem os progressos na última década em termos de aumento da capacidade instalada desta resposta social, decorrentes das mudanças na estrutura familiar e da crescente massificação do trabalho feminino e para os quais têm contribuído a criação de vários programas e linhas de financiamento (nomeadamente o PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais).

Subsistem, no entanto, importantes assimetrias na cobertura regional (figura 13), coexistindo taxas de cobertura (indicador que compara a oferta com a potencial procura) abaixo dos 20% (por exemplo, em Tomar, Carregal do Sal, Mortágua, Entroncamento ou Penalva do Castelo) e taxas acima dos 65% (Pampilhosa da Serra, Vila Velha de Ródão, Gouveia e Almeida). No entanto, 72 municípios registavam uma cobertura superior à média do Continente (25%) e 51 posicionavam-se acima da média regional (de 33%). A taxa de utilização média das creches da região rondava os 85%, o que revela que, a nível regional, esta resposta social está a funcionar abaixo do limite dimensional para a qual foi programada. Existem, no entanto, vários municípios onde as creches estão sobrelotadas (como Mortágua, Penalva do Castelo, Vila Nova de Poiares) e outros com baixas taxas de ocupação (como Vila de Rei, Constância, Penamacor), evidenciando uma descoincidência entre o local onde se manifesta a procura e onde existe oferta disponível.

Figura 13 – Taxa de cobertura das creches 2010

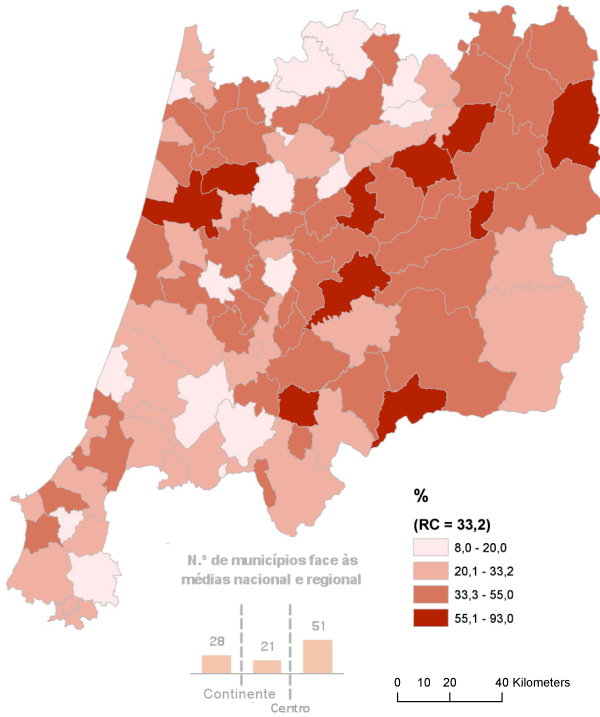
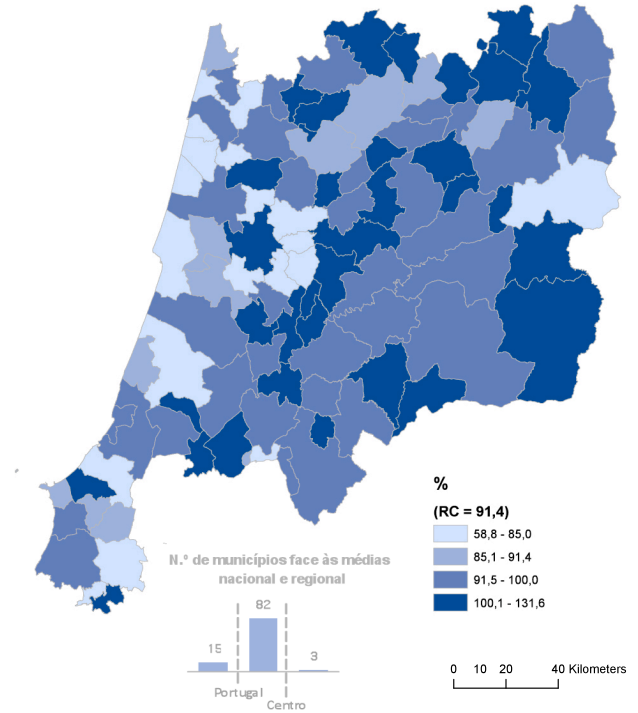


Figura 14 – Taxa bruta de pré-escolarização 2009/2010



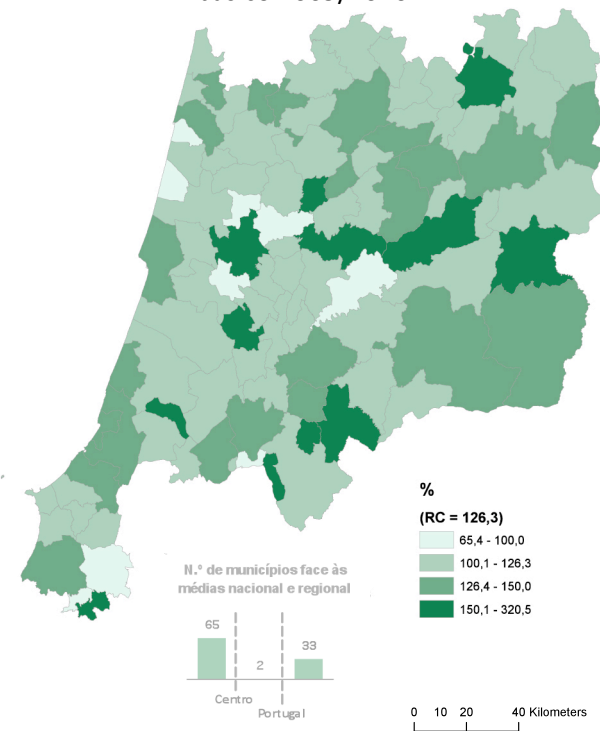
Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

Dados extraídos de <http://www.inec.pt>

O Centro de Portugal dispõe de uma boa cobertura de ensino pré-escolar, apresentando mais estabelecimentos por 1.000 habitantes que a média nacional (29 versus 22) mas menos alunos por estabelecimento de ensino (32 versus 39). Não sendo o ensino pré-escolar obrigatório, o Centro de Portugal apresenta uma taxa bruta de escolarização (que compara as crianças inscritas no ensino pré-escolar com a respetiva população alvo) bastante satisfatória e superior à nacional (91% versus 85% a nível nacional). Contudo, a pré-escolarização não é territorialmente homogénea (figura 14), rondando os 60% em Alenquer e Condeixa-a-Nova e ultrapassando os 120% em Sardoal e Vila Velha de Ródão. No entanto, apenas 15 municípios registam valores abaixo da média nacional. Verifica-se também que algumas das taxas mais baixas são referentes a municípios vizinhos dos que têm taxas elevadas, indiciando uma descoincidência entre o território onde a criança reside e aquele onde frequenta o ensino pré-escolar (veja-se, por exemplo, o caso do município de Coimbra e dos municípios que estão na sua área de influencia como Condeixa-a-Nova, Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares e Penacova).

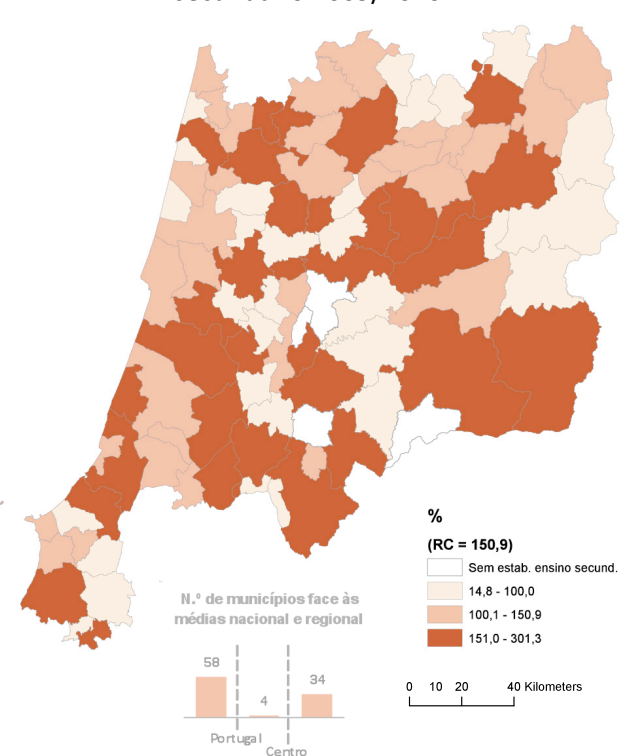
No caso do ensino básico, a região dispõe de 11 estabelecimentos por 1.000 habitantes dos 6 aos 14 anos, correspondendo a 114 alunos por estabelecimento e a uma taxa de escolarização de 126%, muito próxima da média nacional. A nível infra regional (figura 15) importa destacar uma vez mais que os municípios com as taxas mais baixas (por exemplo, Condeixa-a-Nova, com 65%) são vizinhos de outros com taxas elevadas, indicando que existem alunos que estudam num município diferente daquele onde residem (pois acompanham os pais nas suas deslocações para o trabalho) e que estas situações não se traduzem em debilidades associadas à frequência escolar.

Figura 15 – Taxa bruta de escolarização do ensino básico 2009/2010



Dados extraídos de <http://www.ine.pt>

Figura 16 – Taxa bruta de escolarização do ensino secundário 2009/2010



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

Quanto ao ensino secundário, a região apresenta a mesma tendência face ao panorama nacional dos indicadores anteriores: mais estabelecimentos por habitante mas menos alunos por estabelecimento. Em termos do peso dos alunos matriculados no ensino secundário nos jovens entre os 15 e os 17 anos (taxa bruta de escolarização do ensino secundário), o valor registado na região é ligeiramente superior ao do País, 151% versus 146% em 2009/2010. Estes valores bastante acima de 100% podem

apontar para problemas de insucesso escolar, pois existirão alunos a frequentar este ciclo de estudos com idade superior à idade adequada de frequência<sup>7</sup>. Note-se ainda que a descoincidência entre o território onde o aluno está matriculado e onde reside também justificará, em parte, os valores registados no Centro. Analisando o panorama municipal (figura 16) verifica-se, uma vez mais, que algumas das taxas mais altas são referentes a municípios vizinhos dos que têm as taxas mais baixas (veja-se o caso de Mação, Arganil, Castelo Branco, Coimbra, entre outros). No entanto, existem também vários municípios (como Mação, Pedrógão Grande, Oliveira do Hospital ou Marinha Grande) onde coexistem elevadas taxas de escolarização (acima dos 200%) e baixas taxas de conclusão do ensino secundário (inferiores a 80%) indiciando problemas de insucesso escolar (pois um número significativo de alunos com idade superior à adequada para frequência deste ciclo empolará a respetiva taxa de escolarização).

---

<sup>7</sup> De salientar que poderão também existir casos de desfasamento entre a idade para os anos escolar e civil.

## 5. Proteção social

Abordemos agora o contexto do Centro de Portugal em termos de proteção social através dos indicadores apresentados no quadro 5.

Quadro 5 – Indicadores de proteção social<sup>8</sup>

	Centro	Portugal
<b>Pensionistas da Segurança Social</b>		
Pensionistas da Segurança Social por 1.000 habitantes em idade ativa 2010 (n.º)	356	325
Proporção dos pensionistas por velhice 2010 (%)	66,1	65,5
Valor médio anual das pensões da Segurança Social 2010 (Euros)	4.113	4.665
<b>Respostas sociais para idosos</b>		
Taxa de cobertura das respostas sociais para idosos (centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário) 2010 (%)	16	12 *
<b>Respostas sociais para pessoas adultas com deficiência</b>		
Taxa de ocupação dos centros de atividades ocupacionais para pessoas adultas com deficiência 2010 (%) <sup>(a)</sup>	92	94 *
Taxa de ocupação dos lares residenciais para pessoas adultas com deficiência 2010 (%) <sup>(a)</sup>	98	95 *
<b>Rendimento social de inserção (RSI)</b>		
Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa 2010 (n.º)	36,9	58,4
Proporção de beneficiários do RSI com menos de 25 anos 2010 (%)	45,1	46,9

Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

\* Dados relativos a Portugal Continental

<sup>(a)</sup> Cálculos próprios a partir de dados da Carta Social do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (MSSS)

Tendo o Centro de Portugal uma população bastante envelhecida é natural que o número de pensionistas por cada 1.000 habitantes em idade ativa, bem como a proporção dos pensionistas por velhice da região sejam superiores à média nacional. O valor médio anual das pensões da Segurança Social é, no entanto, inferior ao nacional, situação que se verifica em 91% dos municípios da região (figura 17). As disparidades

<sup>8</sup> Fórmulas de cálculo dos indicadores:

**Pensionistas da Segurança Social por 1.000 habitantes em idade ativa:** Pensionistas da Segurança Social / População em idade ativa x 1.000

**Proporção dos pensionistas por velhice:** Pensionistas da Segurança Social por velhice / Total de pensionistas da Segurança Social x 100

**Valor médio anual das pensões da Segurança Social:** Valor das pensões da Segurança Social / Pensionistas da Segurança Social

**Taxa de cobertura das respostas sociais para idosos** (centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário): Capacidade das respostas sociais / População alvo (65 e mais anos de idade) x 100

**Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa:** Beneficiários do RSI / População em idade ativa x 1.000

**Proporção de beneficiários do RSI com menos de 25 anos:** Beneficiários do RSI com menos de 25 anos / Total de beneficiários do RSI x 100



no seio da região são grandes, existindo municípios com pensões médias anuais acima dos 5.000 euros (correspondendo a valores médios mensais de cerca de 417 euros), como é o caso de Ílhavo, Vila Nova da Barquinha, Marinha Grande e Entroncamento (apresentando este último um valor anual de cerca de 6.000 euros, correspondente a uma média mensal de 500 euros), a par de outros com pensões médias anuais de, aproximadamente, 3.000 euros (equivalendo a valores médios mensais de 250 euros).

Figura 17 – Valor médio anual das pensões da Segurança Social 2010

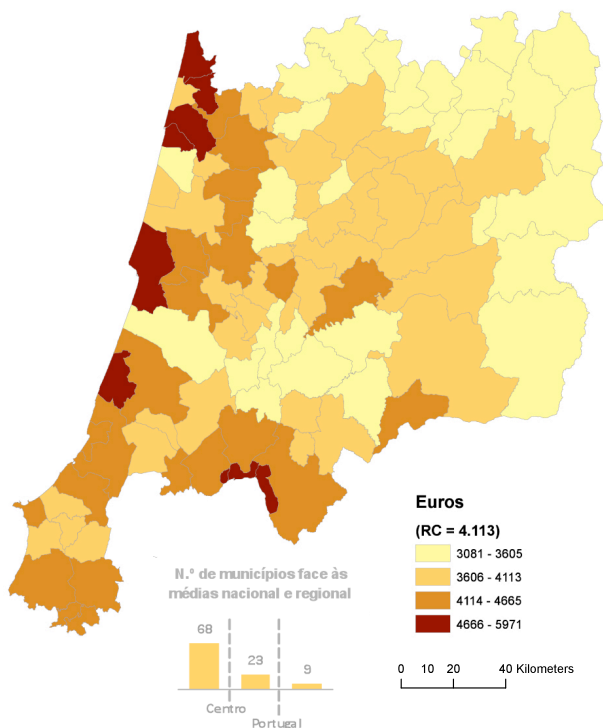
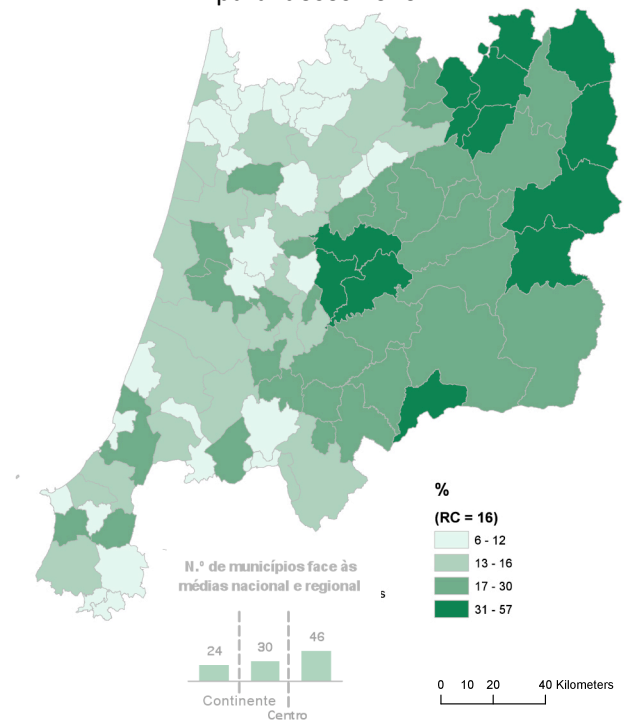


Figura 18 – Taxa de cobertura das respostas sociais para idosos 2010



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdr.pt>

Em termos de dotação das respostas sociais para idosos, aferidas pelas principais valências dirigidas às pessoas idosas (centro de dia, lar de idosos e serviço de apoio domiciliário), a região apresenta uma taxa de cobertura superior à média do continente (16% versus 12%), resultado expectável pois, sendo uma região mais envelhecida, seria de esperar que apresentasse uma maior oferta de respostas direccionadas para a terceira idade. Os municípios do interior, com um maior índice de envelhecimento, são aqueles que apresentam níveis de cobertura mais elevados (figura 18). Este panorama reflete o forte investimento realizado nos últimos anos



nesta área com o objetivo de aumentar a capacidade instalada e retardar a institucionalização do idoso mantendo-o no seu meio habitual. A taxa média de utilização deste tipo de respostas sociais na região situa-se nos 83%. No entanto, existem vários municípios com taxas de utilização acima dos 100%, na sua maioria municípios com baixas taxas de cobertura, revelando que a oferta existente nestes territórios é insuficiente para responder à procura manifestada. Encontravam-se nestas condições Mortágua, o único município da região a operar acima da capacidade instalada nas três respostas sociais para idosos consideradas, Oliveira de Frades, São Pedro do Sul, Carregal do Sal, Castro Daire, entre outros. De salientar ainda que a taxa de utilização das respostas sociais é bastante diferenciada consoante o tipo de resposta para a terceira idade considerada: 65% no caso dos centros de dia, 97% nos lares de idosos e 84% no caso do serviço de apoio domiciliário.

Quanto às respostas sociais para pessoas adultas com deficiência, grupo que apresenta grandes vulnerabilidades e necessita de vários tipos de apoio, analisaram-se os centros de atividades ocupacionais (equipamento social destinado a desenvolver atividades para adultos com deficiência grave) e os lares residenciais (equipamento destinado a alojar adultos com deficiência que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar). A sua distribuição espacial (figuras 19 e 20) é bastante heterogénea e evidencia diversos municípios sem qualquer tipo de resposta social no âmbito da deficiência: 37 municípios no caso dos centros de atividades ocupacionais (CAO) e 54 no caso dos lares residenciais. A taxa de ocupação regional é bastante elevada em virtude das limitações da oferta (92% no caso dos CAO e 98% no caso dos lares residenciais) e existem diversos municípios com equipamentos a funcionar em plena capacidade ou acima da capacidade instalada: cerca de 45% dos municípios com CAO e 63% dos que têm lares residenciais.

Figura 19 – Taxa de ocupação dos centros de atividades ocupacionais para pessoas adultas com deficiência 2010

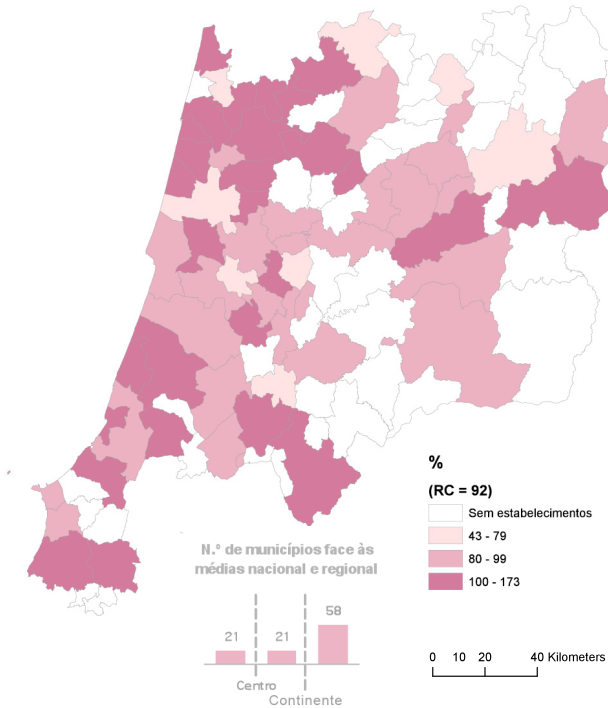
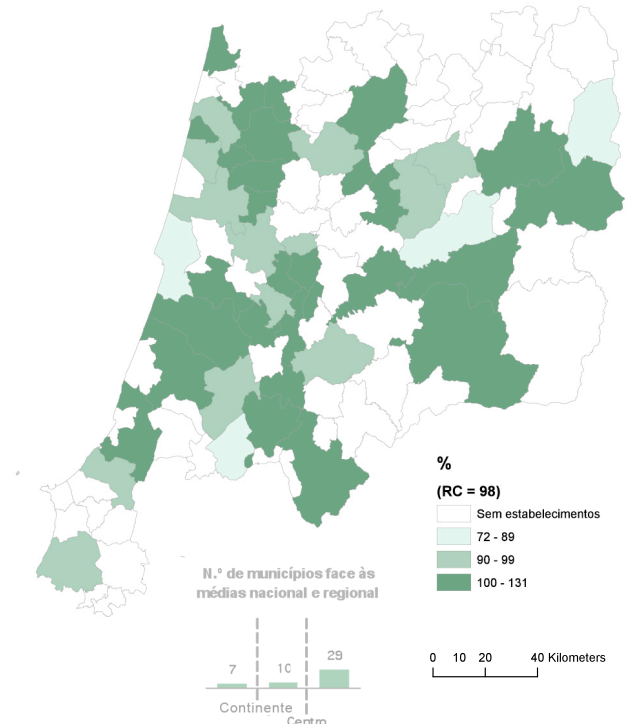


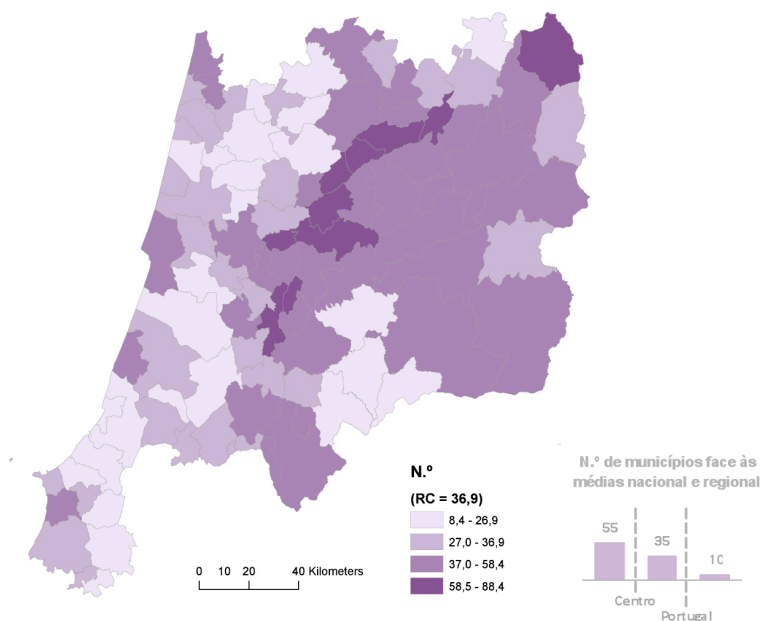
Figura 20 – Taxa de ocupação dos lares residenciais para pessoas adultas com deficiência 2010



Cálculos próprios a partir de dados da Carta Social (MSSS)

Relativamente aos indicadores que se prendem com questões de grave carência económica, analisadas a partir do rendimento social de inserção, verifica-se que a situação da região é bem mais favorável que a do país, uma vez que apresenta menos beneficiários de rendimento social de inserção por 1.000 habitantes em idade ativa (37 contra 58 a nível nacional) e uma menor percentagem de beneficiários com menos de 25 anos. Apenas 10 municípios se posicionavam acima da média nacional (figura 21), assumindo Figueira de Castelo Rodrigo e Carregal do Sal os maiores valores (cerca de 90 beneficiários por 1.000 habitantes em idade ativa). Apesar do interior da região evidenciar claramente mais fragilidades, a realidade destes municípios fica muito aquém de outras como as que se verificam nos municípios de Ribeira Grande ou Povoação, nos Açores, onde mais de 20% da população em idade ativa é beneficiária deste instrumento de combate à pobreza extrema e exclusão social. Proença-a-Nova evidencia a situação mais favorável do país (com 8 beneficiários por 1.000 habitantes em idade ativa).

Figura 21 – Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 habitantes em idade ativa 2010



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

## 6. Saúde

Na área da saúde, o Centro de Portugal apresenta indicadores relativamente favoráveis comparativamente à média nacional (quadro 6). Em termos de indicadores sanitários gerais, verifica-se que a população do Centro tendencialmente vive mais anos e que a mortalidade infantil em crianças com menos de um ano é menor; no entanto, a incidência de mortalidade por doenças cardiovasculares é maior. No que respeita ao acesso aos cuidados de saúde, a região, que concentra 24% dos hospitais existentes a nível nacional, apresenta um número de consultas por habitante superior à média nacional, valores muito próximos dos nacionais em termos de disponibilidade de pessoal de saúde e farmácias/postos de medicamentos e um elevado nível de consumo de medicamentos *per capita*. No entanto, estes valores médios ocultam uma realidade interna bastante heterogénea, uma vez que Coimbra, polo de referência na prestação de serviços de saúde, dispõe de indicadores muito mais favoráveis que os observados noutros municípios (nomeadamente do interior) em torno da média regional.

## Quadro 6 – Indicadores de saúde<sup>9</sup>

	Centro	Portugal
Esperança de vida à nascença 2008-2010 (anos)	79,6	79,2
Taxa quinquenal de mortalidade infantil 2005-2009 (‰)	2,9	3,4
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório 2009 (‰)	3,5	3,1
Consultas nos hospitais e centros de saúde por habitante 2009 (n.º)	4,7	4,4
Consultas nos centros de saúde por habitante 2010 (n.º)	3,3	2,6
Médicos por 1.000 habitantes (por local de residência) 2010 (n.º)	3,4	3,9
Enfermeiros por 1.000 habitantes (por local de trabalho) 2010 (n.º)	5,7	5,9
Farmácias e postos de medicamentos por 1.000 habitantes 2010 (n.º)	0,3	0,3
Consumo de medicamentos por habitante (no âmbito do SNS e em ambulatório) 2010 (euros)	248	215
Consumo de antidepressores, ansiolíticos, sedativos e hipnóticos por habitante (no âmbito do SNS e em ambulatório) 2010 (euros)	19	16

Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

A incidência da mortalidade por doenças do aparelho circulatório, onde se incluem as cardiovasculares e acidentes vasculares cerebrais, apresenta-se diferenciada territorialmente (figura 22), existindo municípios, como Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Marinha Grande, Ílhavo, Viseu, Ovar e Aveiro, onde menos de 2% da população morre desta patologia e outros, como Vila Velha de Ródão, Vila de Rei e Pampilhosa da Serra com incidências na ordem dos 10%. Dos 100 municípios da região, 77 apresentam uma taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório superior à média nacional. No entanto, como muitas das doenças ocorrem mais frequentemente nas pessoas com idades mais avançadas e o envelhecimento da

### <sup>9</sup> Fórmulas de cálculo:

**Taxa quinquenal de mortalidade infantil:** Somatório dos óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade nos últimos cinco anos / Somatório dos nados-vivos nos últimos cinco anos x 1.000

**Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório:** Óbitos causados por tumores malignos / População média residente x 1.000

**Consultas nos hospitais e centros de saúde por habitante:** Consultas médicas realizadas nos hospitais e centros de saúde / População média residente

**Consultas nos centros de saúde por habitante:** Consultas médicas realizadas nos centros de saúde / População média residente

**Médicos por 1.000 habitantes (por local de residência):** Médicos inscritos no final do ano / População residente estimada para o final do ano x 1.000

**Enfermeiros por 1.000 habitantes (por local de trabalho):** Enfermeiros inscritos no final do ano / População residente estimada para o final do ano x 1.000

**Farmácias e postos de medicamentos por 1.000 habitantes:** Farmácias e postos de medicamentos existentes no final do ano / População residente estimada para o final do ano x 1.000

**Consumo de medicamentos por habitante (no âmbito do SNS e em ambulatório):** Consumo de medicamentos no âmbito do Serviço Nacional de Saúde em ambulatório (valor referente a "Preço de Venda ao Público") / População média residente

**Consumo de antidepressores, ansiolíticos, sedativos e hipnóticos por habitante (no âmbito do SNS e em ambulatório):** Consumo de antidepressores, ansiolíticos, sedativos e hipnóticos no âmbito do Serviço Nacional de Saúde em Ambulatório (valor referente a "Preço de Venda ao Público") / População média residente

população da região é acentuado e territorialmente diferenciado, não devemos esquecer esta realidade quando analisamos este fenómeno, em vez de se inferir de imediato a associação a estilos de vida menos saudáveis.

Figura 22 – Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório 2009

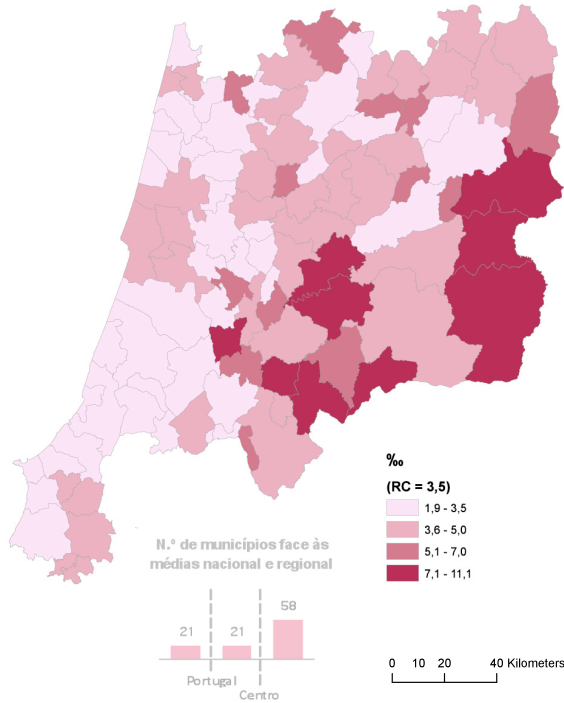
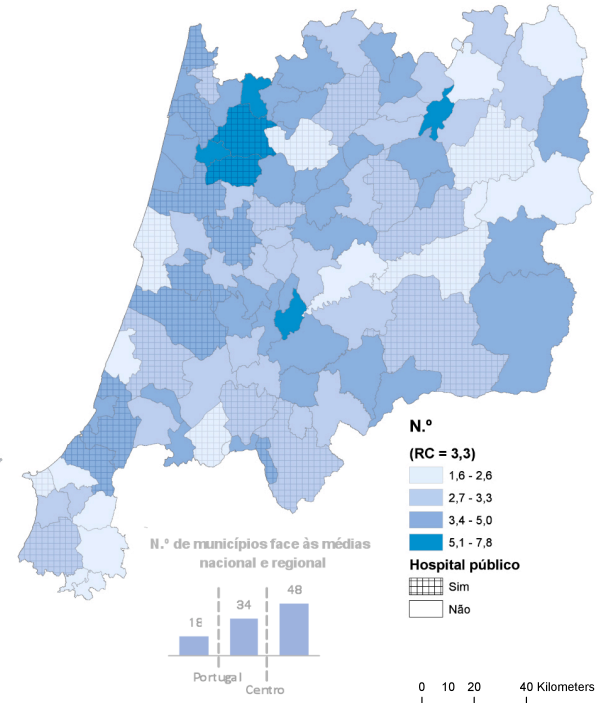


Figura 23 – Consultas nos centros de saúde por habitante e hospitais públicos 2010



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

Em termos de acesso aos cuidados primários de saúde, traduzido pelo número de consultas nos centros de saúde por habitante (figura 23), verifica-se que apenas 18% dos municípios se posicionam abaixo da média nacional (de 2,6 consultas/habitante), registando-se os valores mais baixos em Pampilhosa da Serra, Alenquer e Tondela, que não chegam a atingir as 2 consultas por habitante. Com valores muito superiores aos do país e da região encontravam-se Oliveira do Bairro e Anadia (com 8 e 7 consultas por habitante, respetivamente). Não é possível inferir que os maiores valores observados estejam associados a municípios sem hospitais públicos e vice-versa.

O número de médicos residentes por 1.000 habitantes é um indicador que revela uma distribuição regional bastante assimétrica dos recursos humanos (figura 24). Coimbra é o município que concentra mais médicos e enfermeiros (27,4 médicos e 26,5

enfermeiros por 1.000 habitantes<sup>10</sup>), pelo facto de ser um polo de referência na saúde e de possuir serviços que respondem a um nível territorial mais abrangente, distanciando-se claramente dos restantes 4 municípios com valores de médicos por 1.000 habitantes acima da média nacional: Viseu (5,1), Aveiro (4,9), Condeixa-a-Nova e Guarda (ambos com 4,1). Dos restantes municípios, 93 posicionam-se abaixo da média regional (de 3,4) e 36 municípios não têm sequer um médico por 1.000 habitantes.

Figura 24 – Médicos por 1.000 habitantes (por local de residência) 2010

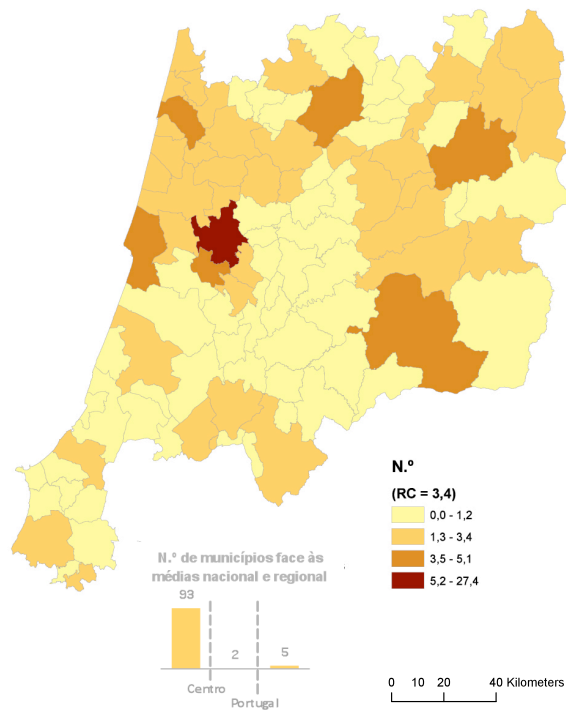
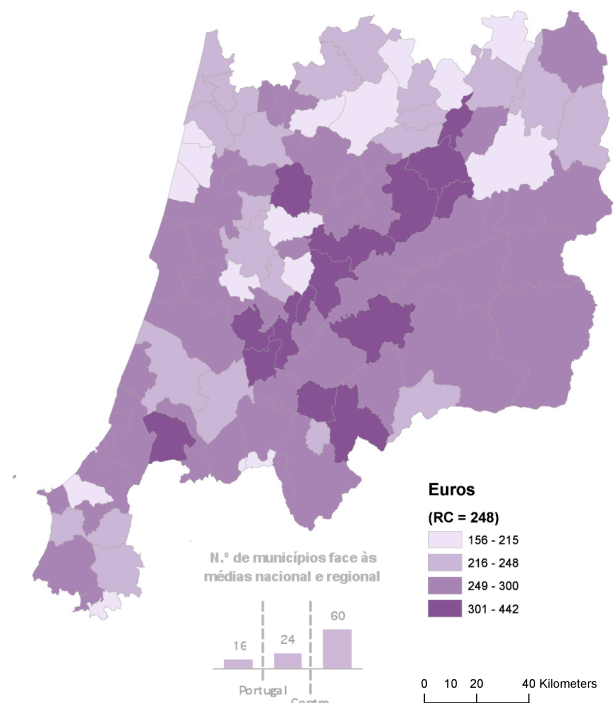


Figura 25 – Consumo de medicamentos por habitante 2010



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

<sup>10</sup> Enquanto os médicos se encontram afetos ao município onde residem, os enfermeiros encontram-se contabilizados no município onde trabalham



O Centro de Portugal apresenta um consumo *per capita* de medicamentos elevado face à média nacional, tendência evidenciada por 84% dos municípios da região (figura 25), o que poderá indiciar uma população com pior estado de saúde, facto a que o envelhecimento da população não será alheio. Figueiró dos Vinhos e Vila de Rei apresentavam o dobro do valor nacional de uso de medicamentos.

## **7. Habitação**

O estado e as características da habitação permitem aferir a condição social de uma população e constitui um dos sinais mais visíveis da extensão da pobreza e da exclusão social, uma vez que à falta de habitação e à concentração de habitações degradadas se associam situações de vulnerabilidade e de deterioração das condições de vida. Apesar de, nas últimas décadas, as condições de habitabilidade terem melhorado muito no país e na região verifica-se, de acordo com o quadro 7, que ainda persiste o desafio de atingir coberturas totais ao nível das infraestruturas básicas (hoje bastante mais perto da universalidade), de caminhar no sentido da generalização de outros elementos de conforto e de erradicar situações de carência habitacional. Urge também uma aposta clara na preservação e qualificação do parque habitacional existente, evitando a sua degradação até níveis por vezes irreversíveis, e a necessidade de inverter a segmentação social resultante da coexistência de um número considerável de alojamentos sobrelotados e de alojamentos de habitação secundária ou vagos.

No Centro de Portugal, apenas 0,1% dos alojamentos não são clássicos (barracas e afins), valor muito próximo da média nacional e que resulta do esforço de erradicação deste tipo de alojamentos e de vários programas de realojamento existentes nos últimos anos. Em Vila Nova de Paiva, Vila de Rei, Manteigas e Penamacor não existem alojamentos recenseados deste tipo e Constância e Peniche registavam os valores mais elevados da região (0,37% e 0,32%, respetivamente).



Quadro 7 – Indicadores de habitação<sup>11</sup>

	Centro	Portugal
<b>Condições de habitabilidade</b>		
Proporção de alojamentos familiares não clássicos 2011 (%)	0,10	0,12
Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem água canalizada 2011 (%)	0,7	0,6
Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem esgotos 2011 (%)	0,6	0,4
Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem instalação de banho ou duche 2011 (%)	2,2	1,9
Proporção de alojamentos familiares vagos ou de residência secundária 2011 (%)	38,1	31,8
Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual superlotados 2001 (%)	10,2	15,9
Proporção de edifícios com necessidade de reparação 2001 (%)	37,3	37,9
<b>Habitação social</b>		
Bairros sociais 2009 (n.º)	349	1.938
Fogos de habitação social por 1.000 habitantes 2009 (n.º)	3,3	10,9
Proporção de fogos de habitação social disponíveis 2009 (%)	7,0	3,8
Valor médio das rendas de habitação social 2009 (euros)	43,8	57,2

Dados extraídos de <http://www.ine.pt> e <http://datacentro.ccdrc>

No que respeita a infraestruturas básicas (água canalizada, esgotos e casa de banho com banho ou duche), o Centro de Portugal posiciona-se ligeiramente aquém da média nacional, existindo no entanto uma cobertura praticamente generalizada das mesmas: 0,7% dos alojamentos da região não dispõem de água canalizada, 0,6% não têm sistema de esgotos e 2,2% não dispõem de banho ou duche. A nível municipal existem algumas especificidades com Murtosa, Castro Daire, Penalva do Castelo e Vouzela a apresentarem mais de 2% dos alojamentos sem água canalizada (neste último o valor ascende a 3,3%) e Penalva do Castelo e Vouzela com mais de 2% dos

<sup>11</sup> **Fórmulas de cálculo dos indicadores:**

**Proporção de alojamentos familiares não clássicos:** Alojamentos familiares não clássicos (barraca, alojamento móvel, casa rudimentar de madeira, alojamento improvisado e outros locais não destinados à habitação como grutas, vãos de escada, pontes, etc.) / Alojamentos familiares x 100

**Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem água canalizada/esgotos/ instalação de banho ou duche:** (Aloj. fam. clássicos de resid. habitual sem água canalizada/ sem esgotos/ sem instalação de banho ou duche) / Alojamentos fam. clássicos de resid. habitual x 100

**Proporção de alojamentos familiares vagos ou de residência secundária:** Alojamentos familiares vagos ou de residência secundária / Alojamentos familiares x 100

**Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual superlotados:** Alojamentos fam. clássicos de resid. habitual sobrelotados (com uma ou mais divisões em falta) / Aloj. fam. clássicos de resid. habitual x 100

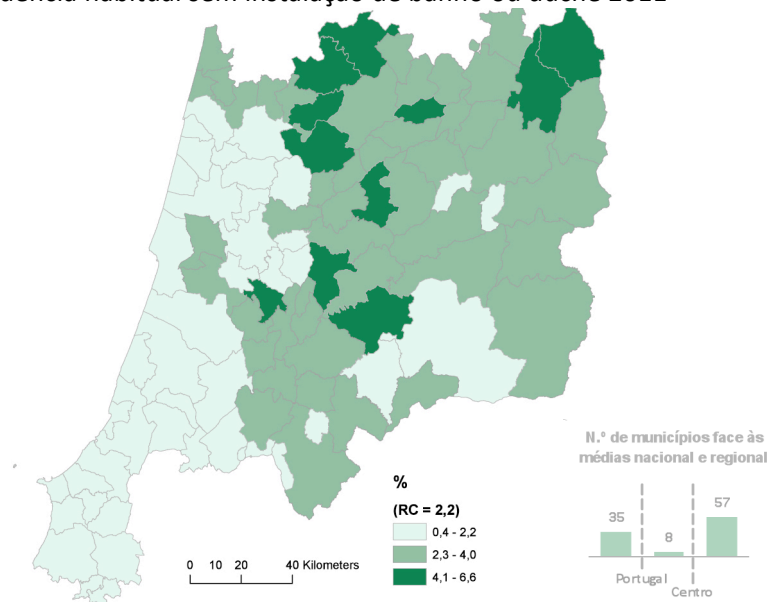
**Proporção de edifícios com necessidade de reparação:** Edifícios com necessidade de reparação/ Edifícios x 100

**Fogos de habitação social por 1.000 habitantes:** Fogos de habitação social / População média residente x 1.000

**Proporção de fogos de habitação social disponíveis:** Fogos de hab. social disponíveis / Fogos de hab. social x 100

alojamentos sem sistemas de esgotos. A amplitude de valores é maior na instalação de banho ou duche, apresentando Vouzela, Penalva do Castelo, Castro Daire e São Pedro do Sul mais de 5% dos alojamentos sem instalação de banho ou duche (figura 26). A generalidade dos municípios do litoral apresenta uma situação favorável face à média regional.

Figura 26 – Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem instalação de banho ou duche 2011



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

Na região existe um número considerável de alojamentos superlotados (ou seja com pelo menos uma divisão a menos em relação ao número de residentes no alojamento), o que revela uma desadequação entre a dimensão dos alojamentos e as características das famílias que aí residem, e de edifícios com necessidades de reparação, sendo em ambos os casos a incidência na região menor que a nível nacional. A maior concentração relativa de alojamentos superlotados (figura 27) ocorre nos municípios do Oeste, Dão-Lafões e Baixo Vouga, com Ovar e Nazaré a apresentarem os maiores valores (17% e 19%, respetivamente). Em praticamente todo o interior e em toda a área central da região a incidência de alojamentos sobrelotados é inferior à média regional.

Figura 27 – Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual superlotados 2001

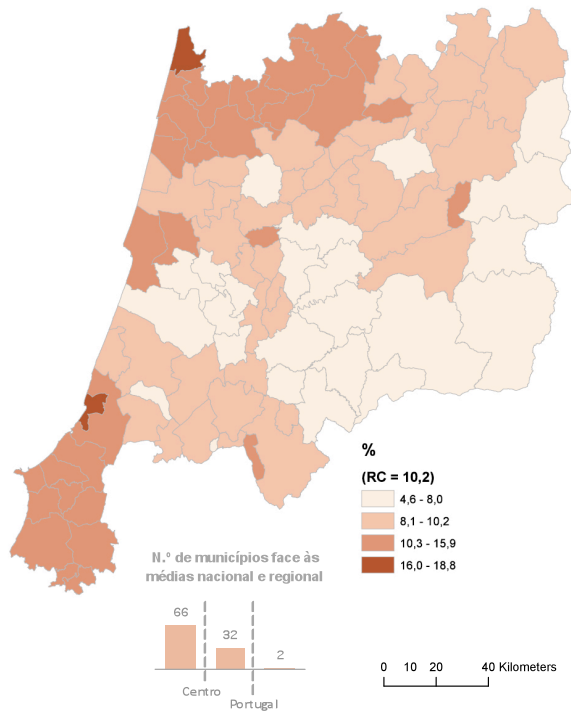
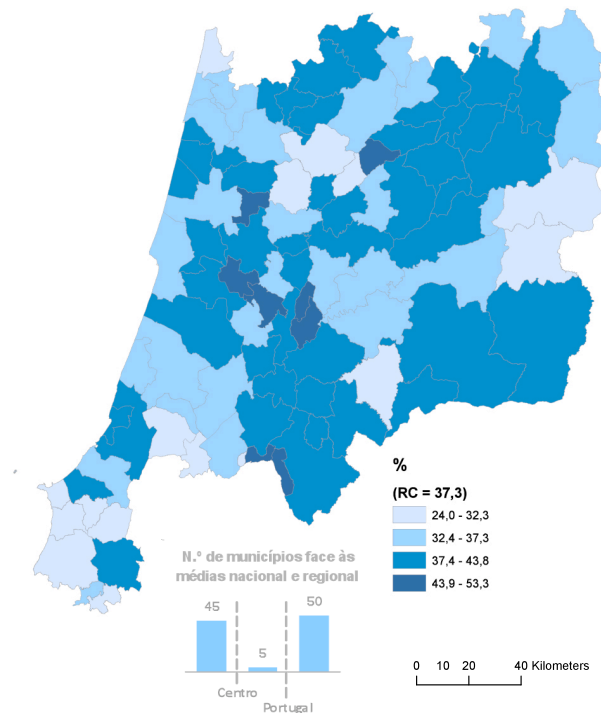


Figura 28 – Proporção de edifícios com necessidade de reparação 2001



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

No que respeita aos edifícios com necessidades de reparação verifica-se não existir um padrão territorial (figura 28), mas metade dos municípios possui um edificado com necessidades de reabilitação acima da média nacional (38%). Vila Nova da Barquinha e Pedrógão Grande apresentam preocupantes sinais de degradação com mais de 50% do parque edificado a necessitar de reparações. Peniche, Penamacor, Proença-a-Nova, Mortágua e Lourinhã apresentam o edificado menos degradado, com menos de 30% dos edifícios a necessitarem de requalificação. Tendo em conta os investimentos efetuados nos últimos anos em requalificação e regeneração urbana é possível que este cenário de 2001 se tenha modificado ao longo da última década (resultados que só confirmaremos com a divulgação dos resultados definitivos dos Censos 2011 previstos para o final de 2012).

O Centro de Portugal congrega 18% dos bairros sociais existentes em Portugal e possui, em média, 3,3 fogos de habitação social<sup>12</sup> por cada 1.000 habitantes, valor bastante aquém da média nacional de 10,9 (quadro 7). A sua distribuição territorial pela região é bastante heterogénea: se por um lado, 18 dos 100 municípios que integram a região não têm edificado de habitação social, por outro, 56% dos fogos sociais concentram-se em apenas 7 municípios: Aveiro (12%), Coimbra (11%), Covilhã (9%), Peniche (8%), Figueira da Foz (7%), Viseu (6%) e Castelo Branco (4%). Alguns destes municípios são também os que registam as maiores concentrações de fogos sociais por 1.000 habitantes (figura 29). Peniche é o município com o maior rácio (23 fogos por 1.000 habitantes), destacando-se claramente dos municípios seguintes, Covilhã e Aveiro, com 13 fogos, e Vila de Rei, com 12 fogos por 1.000 habitantes. Estes quatro municípios são os únicos com valores acima da média nacional. De salientar, no entanto, o seu grande distanciamento face aos dois municípios com maiores concentrações de fogos sociais do país, Porto e Lisboa (com 60 e 47 fogos por 1.000 habitantes, respetivamente).

---

<sup>12</sup> Habitação a custos controlados que se destina a agregados familiares carenciados, mediante contrato de renda apoiada ou regime de propriedade resolúvel.

Figura 29 – Fogos de habitação social por 1.000 habitantes 2009

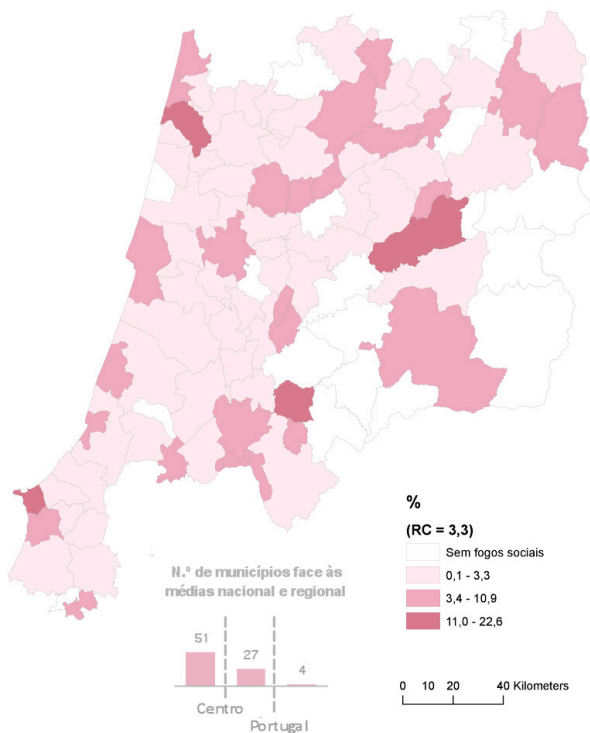
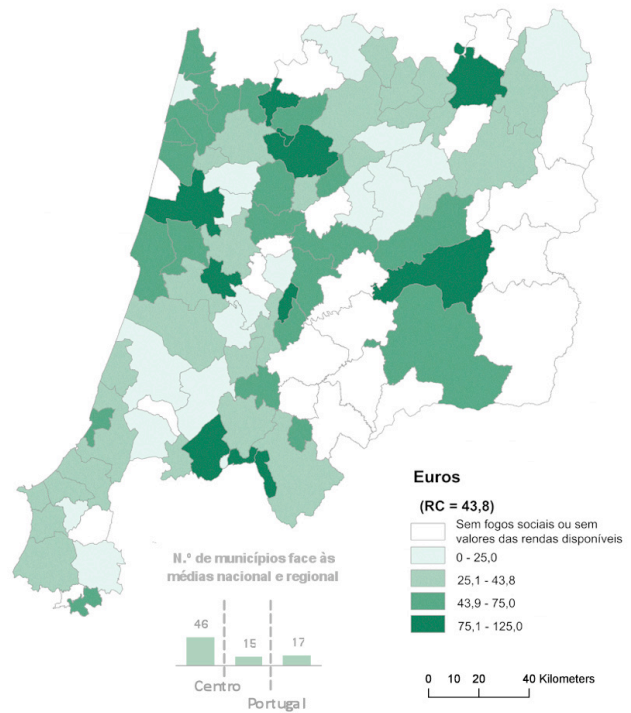


Figura 30 – Valor médio das rendas de habitação social 2009



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrcc.pt>

As rendas de habitação social na região, que em média rondam os 44 euros mensais, apresentam-se também inferiores à média nacional (de 57 euros), oscilando entre os 125 euros/mensais em Trancoso, 97 euros em Condeixa-a-Nova, 95 euros em Constância e 1 euro em Ourém ou 2 euros em Murtosa e Lousã (figura 30). De referir ainda que o parque habitacional social existente na região não se encontra totalmente atribuído e apresenta uma ocupação inferior à nacional (7% dos fogos da região encontram-se disponíveis para venda ou arrendamento, cifrando-se o valor nacional em 3,8%). No entanto, dos 82 municípios com oferta de habitação social, 35 não possuíam qualquer fogo disponível e alguns deles registavam um volume considerável de pedidos deste tipo de habitação (como é o caso de Ourém, Cantanhede, Oliveira do Bairro, Estarreja e Nazaré). Tendo em conta a situação de grave crise económica que o país atravessa, com as inerentes consequências ao nível do desemprego, fragilidade social e pobreza, é expectável que seja cada vez menor o número de fogos sociais disponíveis e cada vez maior o volume de procura de habitação social.

## 8. Considerações finais

**É inegável que a situação do Centro de Portugal melhorou substancialmente nas últimas décadas. No entanto, continua a ser bem evidente a falta de homogeneidade da região no seu todo. Em termos gerais, continua presente a dicotomia litoral/interior e a parte central da região tem-se revelado uma parcela bastante frágil do território, manifestando-se assimetrias muito marcadas.** Assim, existe ainda um caminho longo a percorrer no sentido de promover um desenvolvimento mais equilibrado, reduzir as disparidades territoriais e alcançar a almejada coesão territorial e social.

**Em termos de educação, os investimentos feitos na região ao longo dos últimos anos tornaram o seu padrão territorial mais homogéneo mas não eliminaram disparidades internas.** Apesar da melhoria verificada na dotação regional do sistema educativo, a região continua a necessitar de apostar na qualificação dos seus recursos humanos, no aumento dos níveis de escolarização e na formação e requalificação profissional.

**Vários investimentos foram também realizados na região no domínio da ação social em benefício da coesão, tendo existido alterações favoráveis bastante significativas ao nível da dotação em equipamentos, sobretudo no que se refere à população idosa, e que posicionam a região acima do referencial nacional.** O forte envelhecimento populacional permite compreender o papel crescente que as pensões de reforma têm vindo a assumir na região e a elevada densidade de pensionistas por habitante comparativamente ao país. Em termos dos beneficiários de mecanismos redistributivos como subsídio de desemprego e rendimento social de inserção, a região mantém uma posição favorável face ao contexto nacional, situação que resulta, em grande medida, do seu modelo económico baseado em atividades intensivas em trabalho, com mão-de-obra de baixo custo e pouco qualificada. Este modelo, numa época de tendência generalizada de aumento do desemprego, que também se faz sentir na região, traz, no entanto, constrangimentos importantes que importa combater. Por um lado, o desemprego da região tende a assumir-se como estrutural



pois a mão-de-obra libertada tem pouca empregabilidade por ser oriunda de setores tradicionais; por outro lado, a população cada vez mais envelhecida e com baixos níveis de qualificação/formação constitui um constrangimento à localização de atividades económicas, tornando-se necessárias soluções que visem a requalificação profissional e empregabilidade dos recursos humanos e a fixação de emprego qualificado, sob pena de se comprometerem os níveis desejáveis de competitividade e coesão territorial e social.

**Embora o acesso aos cuidados de saúde tenha melhorado bastante nos últimos anos, a distribuição assimétrica dos recursos continua a estar na base dos problemas ainda existentes. A tendência geral permite destacar, sobretudo, a maior divergência interna neste domínio, face à divergência que a região apresenta em relação ao contexto nacional.**

**Relativamente à habitação destaca-se sobretudo a necessidade de apostar na reabilitação e requalificação do parque habitacional**, colocando-se também questões de carências qualitativas das habitações e de sustentabilidade do edificado (durabilidade construtiva e funcional, eficiência ecológica, etc.).

**Não obstante se reconheça uma evolução global das condições e da qualidade de vida no Centro de Portugal, reconhece-se também que continuam a coexistir realidades demográficas, económicas e sociais bastante díspares no seio da região, e que essa dualidade confere um elevado grau de complexidade à implementação de um modelo de desenvolvimento equilibrado, que dote o espaço regional de maior coerência e articulação.** O compromisso em nome da coesão social e económica implica muitas vezes o sacrifício de alternativas mais rentáveis e com impactos mais imediatos e mais efetivos sobre o crescimento económico. Numa época de crise económica como a que vivemos, que implica uma maior racionalização dos recursos existentes, este desafio assume-se ainda maior e mais exigente.

O Centro de Portugal só verá diminuídas as assimetrias internas quando for capaz de funcionar em conjunto, promovendo e potenciando as sinergias necessárias, identificar de forma coerente e assertiva as suas dificuldades e debilidades, e procurar resolvê-las em conjunto.

## 9. Anexo

### Mapa dos municípios do Centro de Portugal





**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**

**Rua Bernardim Ribeiro, 80  
3000-069 Coimbra, Portugal**

**Tel.: 239 400 100  
Fax: 239 400 115**

**email: [geral@ccdrc.pt](mailto:geral@ccdrc.pt)  
[www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt)**